
Por que ainda duvidamos da mudança climática?

Por Letras Ambientais
domingo, 11 de outubro de 2020



Neste post, damos continuidade à seção “**Ciência de Interesse Público**”, cujo objetivo é divulgar pesquisas científicas, relacionadas à mudança climática, contribuindo com debates que se tornaram cruciais na atualidade.

Hoje, vamos divulgar uma pesquisa publicada, no último dia 05 de outubro, por cientistas da Polônia, na revista científica *Nature Climate Change*. **O estudo trata da influência da educação**, do nível de desenvolvimento socioeconômico dos países e da ideologia política de cada cidadão na crença sobre a mudança climática.

O tema é importante porque nos permitirá refletir sobre a atual situação do Brasil, **confrontado com problemas ambientais de grandes dimensões**, particularmente, com a ameaça, cada vez mais presente, dos impactos da mudança climática.

De uma maneira geral, a maioria da **população do País ainda parece alheia à gravidade dessas questões**, a começar pelo problema das queimadas, na Amazônia e no Pantanal. A continuidade desses

históricos desafios, na área ambiental, tende a potencializar os impactos da mudança climática, a partir de interações em cadeia, de ecossistemas totalmente integrados.

>> **Leia também:** [Queimadas no Pantanal são novo fator de risco à saúde da população](#)

No estudo publicado esta semana, as pesquisadoras analisaram dados de 64 países, nos seis continentes, a partir de quatro pontos principais: 1) O quanto estamos conscientes de que a mudança climática já ocorre; 2) Se acreditamos que o processo é causado pelas atividades humanas; 3) **Se percebemos a gravidade das mudanças climáticas**; e, 4) Se existe apoio a políticas relevantes, contra o processo de mudança climática.

Uma das principais evidências do estudo é que a educação de um cidadão é fator importante, que interfere na crença sobre a mudança climática. Ou seja, em geral, tanto em países avançados quanto nos menos desenvolvidos, **as pessoas que tiveram mais acesso à educação tendem a estar mais conscientes** de que a mudança climática está presente. Também acreditam que ocorre devido às atividades humanas, consideram ser um problema sério e apoiam as políticas de contenção à mudança climática.

As pesquisadoras observaram que os efeitos positivos da educação, na crença sobre a mudança climática, foram mais fortes nos países com baixo ou médio nível de desenvolvimento. Porém, embora possa haver um **maior nível de sensibilização, em relação à mudança climática**, nos países menos avançados, o estudo demonstra que isso depende do nível educacional dos cidadãos.

A questão a se considerar é que grande parte da população, nesses países, **tem apenas um acesso precário** e insuficiente à educação, em razão das extremas desigualdades sociais.

>> **Leia também:** [Reduzir desigualdades evitará milhões de mortes por mudanças climáticas](#)

Vamos citar o caso do Brasil. De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica, **a renda familiar de um jovem impacta severamente nas suas chances** de concluir o Ensino Médio. Enquanto 88% dos jovens mais ricos, com 19 anos, completaram o Ensino Médio, em 2019, essa proporção foi de apenas 51%, entre os mais pobres.

Além disso, o documento mostra que apenas uma parcela da população não costuma apresentar **defasagem no seu processo educacional** e consegue garantir uma aprendizagem mais adequada, nas principais matérias.

Aliada a essas iniquidades, **a pandemia provocou um tsunami na educação brasileira**. De acordo com a Unesco, em abril deste ano, 95% das crianças e adolescentes da América Latina estavam temporariamente fora da escola, em razão da Covid-19. A magnitude e abrangência do impacto somente será dimensionado pelas estatísticas dos próximos anos, tendo como consequência o aprofundamento do fosso da desigualdade social.

Nesse contexto, se o **acesso à educação é fator comum na crença sobre a mudança climática**, a realidade dos países com baixos níveis de desenvolvimento se tornou ainda mais crítica, depois da pandemia. A imensa injustiça no acesso à formação educacional e a aprendizagem inadequada das disciplinas certamente estão entre os principais motivos por que ainda damos pouca importância às políticas ambientais, especialmente, à mudança climática.

Ideologia política influencia na crença sobre mudança climática



Há outros fatores importantes constatados na pesquisa. As cientistas observaram que nos países com alto nível de desenvolvimento, **os efeitos positivos da educação são atenuados pela ideologia política** de direita. Ou seja, os cidadãos com maior nível educacional, dos países mais ricos, por serem partidários de uma visão política de direita, são menos comprometidos com as políticas para mitigar a mudança climática.

Significa dizer que embora muitos cidadãos, adeptos da direita política, acreditem na mudança climática e que o processo tem origem antropogênica, **preferem priorizar os negócios e o crescimento econômico**. Por outro lado, nesses países, a esquerda política tende a defender a proteção ambiental.

Nesse sentido, embora a questão educacional influencie, em todo o mundo, na crença sobre a mudança climática, nos países desenvolvidos, **a ideologia política de direita diminui (embora não reverta) a influência da educação**. Assim, a ideologia de direita se torna fator decisivo no compromisso dos cidadãos para conter a mudança climática, de modo que embora acreditem que elas ocorrem, não consideram o problema grave e nem apoiam a política climática.

As pesquisadoras afirmam que o papel moderador da ideologia política, **em relação à mudança climática**, pode ser menos pronunciado, nos países de baixo e médio nível de desenvolvimento.

Todavia, talvez pelas limitações do estudo, que analisou conjuntos de dados internacionais, não foi possível às autoras captar as nuances de cada país, como ressaltam na própria publicação. Aqui cabe trazer novamente o exemplo do Brasil, onde há uma **tendência crescente de negacionismo científico**, que significa desprezar ou minimizar a importância dos dados ou evidências científicas.

Dentre os argumentos falaciosos que questionam os resultados das pesquisas, estão desde a descrença na [eficácia das vacinas](#) até a **relativização da gravidade dos impactos das mudanças ambientais e climáticas**.

Curiosamente, a pesquisa publicada esta semana, na *Nature Climate Change*, mostra que esse tipo de reação, comum em diversos países, em geral, **parte de grupos de interesse em manter seus lucros**, com uso de combustíveis fósseis e aumento das emissões de carbono na atmosfera.

Segundo as pesquisadoras, os efeitos mais pronunciados da politização da mudança climática foram encontrados no quesito **apoio à política de mitigação do processo**. Ou seja, nos países mais desenvolvidos, há pouca divergência entre os cidadãos, quando se trata da existência e da origem do processo de mudança climática. Todavia, no debate sobre as soluções para minimizar o problema, a ideologia de direita reage fortemente contra as medidas propostas.

Curiosamente, essa atitude negacionista da seriedade da mudança climática predomina nos **países que dependem mais fortemente de combustíveis fósseis** para crescer (conforme observado pelo volume de emissões de carbono per capita).

Os indivíduos e indústrias costumam se engajar em campanhas ideológicas, em torno da mudança climática, quando o ajuste comportamental necessário, longe da dependência de combustíveis fósseis, seria muito caro ou, **em tese, poderia significar perdas de parte dos seus lucros**. Ou seja, grupos contrários à política ambiental e climática, em geral, priorizam seus próprios interesses privados.

Mais uma vez, essa evidência nos ajuda a entender por que, durante décadas, no Brasil, **vários governos questionaram a legitimidade dos números das queimadas** e do desmatamento na Amazônia.

Essa descrença nos resultados divulgados pelo monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) visa **defender os interesses de grupos ruralistas**, com os quais os governos e o parlamento sempre mantiveram uma estreita aliança. Vale lembrar que [as queimadas e o desmatamento](#) são mudanças ambientais, diretamente relacionadas à aceleração do processo de mudança climática.

>> **Leia também:** [Amazônia - por que se preocupar com os números das queimadas em junho?](#)

Essa tentativa de privatização de questões públicas, como a política ambiental e climática, faz parte de **tensas relações de poder, que passam necessariamente pela arena política**. Talvez isso explique por que elegemos um presidente que nega e distorce a realidade que o cerca – mesmo diante de uma avalanche de evidências científicas, destituídas de inclinação ideológica, em questões ambientais, climáticas e sanitárias.

O fato ainda pode esclarecer por que aceitamos a permanência do atual ministro do meio ambiente, mesmo ele sendo **o representante mais antiambientalista da história**. O resultado de tudo isso foi que o debate ambiental no Brasil foi ideologizado, um campo fértil para o enfraquecimento sistemático de políticas ligadas à proteção dos animais, das florestas e dos povos indígenas.

Preocupação ambiental é um luxo dos países desenvolvidos?



Ao estudarem a relação entre mudança climática, educação, ideologia política, **emissões de carbono e desenvolvimento nacional**, as autoras lançam luz sobre outra questão importante. Elas traçam duas linhas explicativas para se pensar os efeitos da educação no apoio às políticas de mitigação da mudança climática.

O primeiro argumento, como já discutimos, diz respeito aos países altamente desenvolvidos, onde a crença na **iminência de um colapso climático varia, dependendo da ideologia política** (esquerda ou direita). Os países com alto nível de desenvolvimento costumam testemunhar uma reação contra a mudança climática, impulsionada por grupos cujos interesses estão ameaçados pelas políticas de mitigação.

Os Estados Unidos é onde a mudança climática está mais politizada, em relação a todo o mundo. Na Europa, o *lobby* de negação do processo possui menos espaço, de modo que, em geral, a política de contenção tem avançado bem mais que nos Estados Unidos. Vale lembrar que, recentemente, países europeus saíram na frente com a **proposta de uma recuperação verde da economia**, no período pós-pandemia.

Leia também: [Recuperação verde da economia reduzirá fortemente mudanças climáticas](#)

No entanto, as autoras encontraram, mesmo dentro da própria Europa, uma grande **variação nos níveis de preocupação ambiental**. Na Europa Oriental, ainda é uma questão menos debatida e a preocupação com a mudança climática é inferior, se comparada com a Europa Ocidental.

O segundo argumento proposto pelas autoras evidencia que, em vários países, **a preocupação ambiental decorre de seu atual nível de desenvolvimento socioeconômico**. A pouca preocupação com a questão ambiental, observada nos países de baixa e média renda, ocorre em razão de ainda estarem lutando economicamente. É por isso que, nos países mais pobres, a influência da educação é menos evidente, no que diz respeito às políticas ambientais e climáticas.

Nesse sentido, a obtenção de ganhos em segurança econômica **dá aos países desenvolvidos o luxo de a população** se concentrar em valores não diretamente relacionados à própria sobrevivência e ao

crescimento material. Assim, as questões ambientais tendem a ser priorizadas em maior grau.

Significa dizer que, nos países de renda média e nos países mais pobres, **existem problemas socioeconômicos estruturais**, considerados muito mais graves, para se resolver. Desse modo, os demais indicadores de sustentabilidade global acabam ficando relegados a segundo plano.

Essa linha de argumentação é importante para pensarmos, mais uma vez, o caso do Brasil, **onde tem predominado baixos índices socioeconômicos**, como desemprego estrutural, aumento da fome e da pobreza, violência, precarização da educação e do nível de vida etc. Essa situação se tornará mais grave, no período pós-pandemia, se o País não conseguir ampliar sua rede de proteção social.

Nesse contexto, a questão ambiental continuará **fora das prioridades da população** e, conseqüentemente, da agenda política nacional, mesmo diante da iminência de uma crise climática.

Na publicação na *Nature Climate Change*, as pesquisadoras acreditam ser possível que, com o aumento do nível de desenvolvimento de um país, também **creça a preocupação da população com a questão ambiental** e com a mudança climática. Ao mesmo tempo, é provável que surjam movimentos contrários, podendo haver uma alta politização do debate.

Para que a pauta ambiental não seja um luxo dos países desenvolvidos, **é necessário que o Brasil reduza as iniquidades no seu sistema educacional**. Desse modo, ampliar as oportunidades de avanço em ciência, tecnologia e inovação no País, pode ser o caminho que possibilite a melhoria da produtividade e do bem-estar da população.

Mitigação à mudança climática deve ser prioridade nos países mais pobres



Nos países de renda média e nos países mais pobres, **o clima pode ser a bomba-relógio**. O aumento de eventos extremos, como ondas de calor, inundações, secas intensas, incêndios florestais e aumento do nível do mar, requerem altos investimentos em adaptação.

Para se ter uma ideia, a agência Bloomberg divulgou, esta semana, que em 2020, **os Estados Unidos já foram impactados por 16 desastres relacionados ao clima**. No total, foram mais de US\$ 16 bilhões em danos e prejuízos socioeconômicos, em razão dos eventos extremos. Os dados são da Administração Oceânica e Atmosférica Nacional (NOAA).

>> **Leia também:** [Mudanças climáticas podem trazer de volta megassecas históricas](#)

O dado alarmante coloca em evidência uma questão importante que as pesquisadoras polonesas ressaltaram, na publicação desta semana: **a mudança climática deveria ser de alta prioridade**, em países com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Os custos com adaptação (quando os impactos da mudança climática já estão presentes) são muito mais onerosos do que investimentos em ações de mitigação (para conter, antecipadamente, o processo de aquecimento global). As áreas geográficas **menos avançadas são muito mais vulneráveis** aos riscos da mudança climática, em função de a degradação ambiental ameaçar diretamente o bem-estar e as condições de vida da população.

Por fim, outro ponto a considerar também está relacionado com a educação. Em geral, nos países de renda média e naqueles países mais pobres, não há uma **cultura de percepção do risco de desastre**. É uma questão ainda não ensinada nas escolas, mas que deverá fazer parte da educação básica, para as novas gerações. Isto porque os eventos ambientais extremos devem se tornar mais comuns, no processo de mudanças ambientais e climáticas.

[Leia aqui](#) o artigo completo.

Seja um colaborador. Quando você faz uma doação, sua contribuição se transforma em difusão de conhecimentos científicos relevantes, em benefício da sociedade brasileira. Para fazer uma doação de qualquer valor, clique no botão abaixo.

Apoie o Letras Ambientais

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

LETRAS AMBIENTAIS. [Título do artigo]. ISSN 2674-760X. Acessado em: [Data do acesso]. Disponível em: [Link do artigo].

Copyright © 2017-2022 Letras Ambientais, licenciado por [creative commons](#) | Todos os direitos reservados | [Política de privacidade](#)

Selecione o idioma ▼

Powered by [Google Tradutor](#)